

Idéia surgiu após ida ao México

economia

14 JUL 1983
Brasil Carlos Max Torres e Vanda Célio

Brasília — A decisão de desindexar a economia, promovendo a queda real dos salários, estava entre as opções do Presidente Figueiredo desde que retornou da visita feita ao México em abril último, revelou um Ministro da área econômica que teve acesso às discussões sobre o teor das medidas ontem anunciadas pelo Palácio do Planalto.

Na ocasião, o Presidente conheceu a receita mexicana para cumprir o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI): os salários do semestre haviam sido reajustados em 20%, apesar de uma inflação de 60%. Figueiredo voltou convencido de que poderia fazer algo parecido aqui, embora tivesse em mente a necessidade de manter seu projeto de abertura política, informou outro funcionário da área econômica com acesso à Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional (CSN).

FMI apressou

Um assessor direto do Ministro do Planejamento, Delfim Neto, revelou que as dificuldades surgidas durante as discussões entre o Governo e a missão do FMI, relacionadas com os tetos para os índices inflacionários e o déficit do setor público (provocado essencialmente pelo desequilíbrio financeiro das empresas estatais), apressaram a decisão do Presidente Figueiredo de desindexar a economia.

Os últimos sete dias foram decisivos, assinalou o colaborador. As enchentes que devastaram os Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina tiveram um peso específico. Segundo o Ministro da área econômica, as enchentes provocarão quedas nas safras agrícolas dos próximos três anos, trazendo de volta a importação de alimentos: os primeiros levantamentos indicam a necessidade de gastos mínimos de 200 milhões de dólares só com as importações de arroz.

Na verdade, disse um colaborador do Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, o pacote anunciado ontem começou a tomar corpo há cerca de um mês quando, por iniciativa do Ministro Delfim Neto, o Senador Jutahy Magalhães (PDS-BA) apresentou emenda estabelecendo a livre negociação dos salários entre patrões e empregados.

Desde o primeiro momento, o Ministro Murilo Macedo se opôs à emenda porque, segundo revelou um assessor seu, com ela

a situação pioraria, já que os trabalhadores ficariam à mercê das comissões de fábrica. Com o sindicato e a Justiça do Trabalho intervindo nas negociações, conforme consta no Decreto-Lei divulgado ontem, haveria mais segurança para os empregados, argumentou Murilo.

Em dois dias

A costura final do pacote, informou ainda o Ministro da área econômica, aconteceu nas últimas 48 horas. A sigilosa viagem do Ministro do Planejamento a Londres serviu para consolidar a impressão no Palácio do Planalto de que nem os banqueiros internacionais e muito menos o FMI aceitariam liberar recursos financeiros ao Brasil sem um programa de ajustamento econômico confiável aos olhos da comunidade financeira dos Estados Unidos e Europa, quanto a uma efetiva queda das taxas de inflação.

O Vice-Presidente Aureliano Chaves foi informado durante todo o tempo do teor das medidas em estudo pelo próprio Presidente Figueiredo, mas o Presidente decidiu-se por anunciar as antes de embarcar hoje para Cleveland, nos Estados Unidos, onde fará exames de coração, por entender que não cabia deixar para o Vice o anúncio de medidas tão fortes na área econômica com profundas repercussões na área social.

Depois de conversas com o Ministro Delfim Neto no transcorrer da última segunda-feira, repetidas exaustivamente na terça-feira, o Presidente Figueiredo decidiu-se pela adoção dos remédios sugeridos pelo comando econômico, explicou um assessor do Ministro da Fazenda. Ainda na terça-feira o Presidente decidiu pela reunião do Conselho de Segurança Nacional (CSN), mas a convocação dos Ministros somente aconteceu na manhã de ontem pelo Secretário-Geral do CSN, General Danilo Venturini.

Ocorreram ainda algumas discussões no Gabinete do Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, professor Leitão de Abreu, horas antes da reunião com o Presidente Figueiredo, disse o assessor. Pelo menos três Ministros não aprovavam a forma como o pacote estava sendo redigido (especialmente na parte da livre negociação dos salários, afinal alterada), mas no geral todos os Ministros concordaram com o teor das medidas diante da falta de opções do Governo.